

## Debates historiográficos acerca de representações de nação na Região Platina

Eduardo Scheidt\*

### Resumo

O estudo de questões em torno da nação é um dos temas mais complexos na historiografia. Neste trabalho, analisamos as representações de nação na produção historiográfica da Região Platina, objetivando demonstrar como a questão foi trabalhada pela historiografia tradicional e de que forma as pesquisas renovadas sobre o político vêm questionando antigos pressupostos, bem como trazendo à luz novos elementos acerca da temática.

### Abstract

The researches about nation consist of a very complex subject in the historiography. In this work, we have analyzed the representations of nation in the *Platina* Region's historical production, with the intention to demonstrate how the theme has been dealt by the traditional history and how the renew researches about politic are questioning the ancient presuppositions, as well as revealing new elements about the subject.

### Palavras-Chave:

Representações de nação – historiografia – Região Platina.

### Key words

Representations of nation – historiography – *Platina* Region.

O que é uma nação? Que elementos compõem uma nacionalidade? Todos os países se constituem em nações? Existe nação sem Estado? Pode-se falar em nações indígenas? As minorias étnicas de um país, portadoras de uma identidade cultural própria, podem ser também denominadas de nações? A nação é algo natural na população humana ou é construída historicamente? Há diferenças entre nação e nacionalidade?

---

\* Doutor em História Social pela USP. Professor da Graduação e do Programa de Mestrado em História da Universidade Severino Sombra. Professor da Graduação da Universidade Gama Filho. E-mail: [escheidt@ig.com.br](mailto:escheidt@ig.com.br)

Responder a estas questões não é tarefa fácil. “Nação”, “nacionalidade”, “nacionalismo”, “questão nacional” são indiscutivelmente fenômenos políticos que estão entre os mais complexos de serem analisados. Em uma das mais recentes obras sobre o tema, organizada por Gopal Balakrishnan (2000), há uma introdução de Benedict Anderson, em que ele pertinentemente menciona diversas problemáticas no estudo da nação. Conforme o autor, não há nenhuma definição amplamente aceita de nação, ninguém foi capaz de demonstrar de forma conclusiva sua modernidade ou antiguidade e sua difusão global é interpretada ora pela metáfora maligna da metástase, ora sob os signos sorridentes da identidade e da emancipação (ANDERSON in BALAKRISHNAN, 2000, p. 7). Em uma outra obra, bastante mencionada pelos estudiosos da questão nacional, Anderson (1989) define a nação como uma “comunidade imaginada”, ou seja, uma representação construída pelos sujeitos históricos. Neste livro, o autor defende a interessante, embora polêmica, tese de que o nacionalismo, compreendido como o estabelecimento de uma comunidade nacional imaginada, desenvolveu-se na América antes do que na maior parte da Europa (ANDERSON, 1989, p. 60). Já o historiador britânico Eric Hobsbawm (1991) prefere não elaborar nenhum conceito *a priori* de nação. Ele trabalha a partir dos múltiplos significados do termo “nação” atribuídos pelos agentes históricos, tendo como central em sua obra, a mutabilidade dos conceitos para o termo ao longo do tempo e entre diferentes grupos e classes sociais.

Especificamente sobre a América Latina, consideramos importante ao nosso estudo a obra de François-Xavier Guerra (1993) acerca da construção das nações e da emergência da “modernidade política” em nosso subcontinente. Conforme o posicionamento do autor, a “modernidade” surgiu no processo de “revolução política”, concomitante à independência nos países latino-americanos, cuja principal característica é a passagem da soberania dos reis para a nação. Ainda consideramos pertinente mencionar as obras dos indianos Bhikhu Parekh (2000) e Partha Chatterjee (2000), uma vez que ambos os autores vêm rompendo com o eurocentrismo, especialmente com as velhas teses de “importação” de idéias. De acordo com os autores, diversas idéias e concepções de nação foram elaboradas em seu país, não apenas a partir de adaptações locais de ideários vindos de fora, mas também pela incorporação de elementos específicos da sociedade indiana.

Neste artigo, analisamos diversas representações de nação na produção historiográfica da Região Platina.<sup>1</sup> Em outras palavras, pretendemos verificar como distintos autores, desde meados do século XIX até anos recentes, retrataram a construção das nações na região. A origem da nação é uma das questões mais recorrentes e controversas na historiografia rio-platense. Na Argentina, por exemplo, a questão passou a ser rediscutida a partir das pesquisas renovadoras do historiador José Carlos Chiaramonte (1991b), que lançou a tese de que as nacionalidades latino-americanas, ao contrário do que a historiografia costumava afirmar até então, seriam inexistentes na época da independência e primeiras décadas posteriores. O autor tece inúmeras críticas à produção historiográfica anterior, que costumava apontar as independências como o marco do surgimento das nacionalidades. Para Chiaramonte, isto não passaria de um “mito das origens” das nações na América Latina.

Dividimos nosso texto em duas partes. Primeiramente, analisamos a questão do surgimento das nações na historiografia tradicional dos países, cuja totalidade ou parte do território compõe a Região Platina.<sup>2</sup> Num segundo momento, enfocamos a problemática na produção historiográfica renovada das duas últimas décadas, a partir do

---

<sup>1</sup> A “Região Platina”, nosso espaço de análise, corresponde aos atuais territórios do Uruguai, do pampa argentino e da campanha sul-rio-grandense. Fundamentamo-nos no conceito de região desenvolvido pelas historiadoras Heloisa Reichel e Ieda Gutfreind, em sua obra *As raízes históricas do Mercosul: a Região Platina colonial* (REICHEL; GUTFREIND, 1996). Conforme as autoras, aqueles territórios constituíam-se, na época colonial, em uma unidade econômica, social e cultural, denominada de “Região Platina”. A região começou a fragmentar-se a partir do final da era colonial, quando o escravismo expandia-se no Rio Grande do Sul, enquanto a área de colonização espanhola avançava na transição ao capitalismo. Após a independência, com o início do processo de formação dos novos Estados, a fragmentação da Região Platina acentuou-se. Segundo Reichel e Gutfreind, entretanto, manteve-se a unidade em torno da cultura popular, com hábitos, costumes e valores comuns, tornando o uso do conceito de Região Platina pertinente, mesmo para períodos posteriores ao colonial. Além da manutenção destes elementos da cultura popular, contatos entre as populações rio-grandenses e rio-platenses, especialmente no que se refere às relações comerciais e políticas, foram constantes ao longo do período de nossa investigação. O uso do conceito de região, desta forma, rompe com a prática predominante da historiografia de limitar os estudos no interior do espaço delimitado pelas fronteiras nacionais. A história regional tem demonstrado que, muito além de uma demarcação de limites, a fronteira é um espaço de intercâmbios comerciais, humanos, de idéias, em que as sociedades estabelecem trocas mútuas.

<sup>2</sup> A análise historiográfica realizada neste artigo está centrada unicamente na questão nacional. Estamos chamando de “historiografia tradicional” todas as obras que tomam a nação como já existente na Região Platina desde a época da independência, o que vem sendo contestado pela historiografia recente a partir dos trabalhos de José Carlos Chiaramonte. Neste sentido, esta divisão entre “historiografia tradicional” e historiografia recente” é arbitrária e não há nenhuma intenção em depreciar os estudos aqui designados como “tradicionais”. pretendemos unicamente, de forma didática, diferenciar as obras e autores que sustentam a existência da nação desde o momento da independência, ou mesmo antes, dos trabalhos que, desde o final dos anos 1980, vêm questionando aqueles pressupostos. Ainda consideramos importante salientar que, ao centrar nossa análise na questão da nação, deixamos de fora obras historiográficas de importância notória, tais como Tulio Halperín Donghi (1993), José Pedro Barrán (1992) e Lucía Sala de Tournon; Rosa Alonso Eloy (1991). Estes livros tratam do processo histórico enfatizando as estruturas econômicas e sociais, sem entrar na questão da existência ou não da nação na época da independência.

surgimento dos estudos de Chiaramonte, que vêm questionando os pressupostos da historiografia tradicional.

\*\*\*

Com seu território atualmente fazendo parte de três países distintos, a Região Platina foi abordada pelos estudos históricos, via de regra, dentro dos limites nacionais atuais, ou seja, de forma fragmentada pela historiografia tradicional tanto da Argentina, do Uruguai como do Rio Grande do Sul e do Brasil. Neste sentido, projetava-se para tempos passados bastante remotos a existência das nacionalidades argentina, uruguaia e brasileira no interior da Região Platina.

No caso argentino, o tema apareceu na historiografia precocemente, ainda no século XIX, nas obras de Bartolomé Mitre (1927) e, posteriormente, de Vicente Fidel López (1920). Em sua *Historia de Belgrano*, publicada em 1856, Mitre localizou as origens da nação argentina ainda na época colonial. O autor sustentou que a colonização no território teria sido bastante distinta em relação a outras áreas hispano-americanas. Neste sentido, enquanto no México e no Peru teria havido a transferência de um aparato feudal e o estabelecimento de uma sociedade hierarquizada, no Rio da Prata, ao contrário, ter-se-ia estabelecido uma sociedade sem pobres e ricos, no interior da qual, todos seriam mais ou menos pobres, prevalecendo certo igualitarismo social e sentimento de comunidade, o que desde muito cedo teria possibilitado o surgimento de uma sociedade livre (MITRE, 1927, p. 24).

Os sentimentos nacionalistas e em prol da independência do povo argentino, segundo Mitre, tornaram-se mais explícitos em finais do século XVIII, fortalecendo-se com os processos revolucionários de 1810 e 1816, bem como durante o colapso do regime colonial em 1820. A partir de então, inaugurou-se um período de “democracia genial”, embrionária e anárquica, que lentamente passaria por etapas da construção da nação, a qual, em última instância, já estava pré-configurada desde o período colonial (MITRE, 1927, p. 15).

Já o livro de Vicente Fidel López (1920), publicado pela primeira vez em 1898, pode ser considerado como um dos clássicos da concepção nacional da historiografia liberal argentina. O autor sistematizou a tradicional tese de que a nação argentina foi fundada já no momento da independência, mas sua organização política teria sido “retardada” pela ação dos “caudilhos”. Segundo o autor, logo após o movimento de

maio de 1810, todas as províncias “argentinas” e do Alto Peru colocaram-se sob a liderança da Junta de Buenos Aires (LÓPEZ, 1920, p. 241). O Congresso de Tucumán, em 1816, declarou a total independência das Províncias Unidas do Rio da Prata e é, na concepção de López, o marco fundador da nação argentina. O autor ainda referia-se aos unitários como liberais ou “partido nacional”, enquanto os federalistas eram denominados de “anarquistas”, responsáveis pelas “desgraças” e “decadências” argentinas vividas durante o século XIX (LÓPEZ, 1920, p. 575).

Salientamos que a obra de Vicente Fidel López foi bastante utilizada como manual de ensino em escolas argentinas secundárias, a partir de princípios do século XX, contribuindo enormemente para incutir na população a perspectiva da historiografia liberal acerca da gênese da nação.<sup>3</sup>

Já no século XX, surgiu uma variante da concepção liberal, com a publicação, em 1945, da obra de Héctor Ramos Mejía (1945). Em seu livro, *Historia de la nación argentina*, o autor partilhou do mesmo posicionamento favorável aos unitários e contrário aos federalistas, mas viu na Espanha a origem da nacionalidade argentina. Segundo suas palavras,

Lo que es hoy República Argentina no es otra cosa que la evolución natural de la nacionalidad y de la raza españolas. España y la República Argentina son una unidad histórica y, por consiguiente, al estudiar la historia argentina no podemos prescindir de la historia de España. Ella, con el descubrimiento y la conquista, nos dió sus formas sociales, su carácter, sus instituciones, su religión y su lengua y si, andando el tiempo, las condiciones de la vida en los desiertos americanos y las exigencias del ambiente determinaron un movimiento divergente en la sociabilidad que se formaba, ello no desmerece la absoluta identidad psicológica, social y política con España. Lo esencial del alma argentino es profundamente español (RAMOS MEJÍA, 1945, t. I, p. 3).

Embora discordasse dos autores anteriores quanto à originalidade da nacionalidade argentina, atribuindo-lhe não uma criação distinta, mas uma continuidade espanhola, Ramos Mejía igualmente localizou em tempos bastante remotos a fundação de uma “nação argentina”.

Este “mito das origens” continuou presente entre os historiadores da chamada corrente revisionista. Os autores deste grupo se opuseram ao tratamento dado pelos

---

<sup>3</sup> Para uma análise mais ampla da obra desse autor e de outros manuais escolares de história, consultar Stella Maris Scatena Franco (2003). A autora demonstra a preocupação dos liberais argentinos, vitoriosos em 1852 com a queda de Rosas, em construir uma versão da história do país que justificasse o seu triunfo e a derrota dos federalistas. Neste sentido era preciso divulgar uma representação historiográfica que enaltecia o papel dos unitários, relacionando-os à “civilização” e ao compromisso com a organização da nação, ao mesmo tempo em que deturpava o papel dos federalistas, retratados como um entrave à edificação nacional devido a suas vinculações com os “caudilhos” e a “barbárie”.

historiadores liberais aos “caudilhos” e aos federalistas. Os revisionistas se caracterizaram pela reabilitação de figuras até então estigmatizadas, em especial do governador da província de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas. Os líderes rurais e o “caudilhismo” passaram a ser valorizados, condenando-se os unitários por seus vínculos com os europeus.<sup>4</sup> A nação preexistente, entretanto, continuou a ser defendida pelos revisionistas, só que eles apontaram a vida rural autóctone e o federalismo como os “verdadeiros” elementos da nacionalidade.

Um dos primeiros revisionistas foi Ernesto Quesada (1923), que publicou *La época de Rosas* em 1898. Embora ainda reconhecesse o autoritarismo de Rosas e a utilização do terror, Quesada considerava o governador bonaerense como autêntico representante da “evolução social argentina” e responsável por “tirar o país da anarquia”. Os unitários, por sua vez, eram tratados pelo autor como “traidores da pátria”, devido a suas alianças com potências estrangeiras.

Já Manuel Gálvez, cuja obra veio à luz em 1940, isentou Rosas de qualquer característica negativa. O autor criticou os historiadores liberais que viam “barbárie” onde existiria “amor à terra”. Sob esta ótica, Rosas seria o “autêntico representante da nacionalidade argentina”, por ter assegurado a independência nacional, enfrentado países estrangeiros e organizado o país ao restabelecer a ordem e acabar com a “anarquia”.

Apesar de suas desavenças em relação ao tratamento dado a unitários e federalistas, e ao papel dos “caudilhos” na história, entre outros aspectos, autores tanto da historiografia liberal como da revisionista foram unânimes em apontar o surgimento da “nação argentina” concomitante à independência do país.

A perspectiva da nação argentina como precocemente existente é uma característica até entre destacados autores que procuraram dar versões distintas do processo histórico argentino, equidistantes do posicionamento liberal ou revisionista.

---

<sup>4</sup> Sobre o surgimento da historiografia revisionista, há uma excelente análise em Diana Quattrocchi-Woisson (1995). A autora demonstra que a historiografia liberal, que dava sustentação ideológica aos governos desde finais do século XIX, passou a ser contestada a partir da chegada de Hipólito Yrigoyen ao poder em 1916. Com uma política mais voltada ao nacionalismo e contra os imperialismos inglês e norte-americano, os seguidores da União Cívica Radical buscaram no passado as origens deste “nacionalismo”. Daí, o surgimento do revisionismo histórico e a recuperação de figuras como Juan Manuel de Rosas. Este, segundo a nova perspectiva, teria sido um nacionalista defensor da independência argentina contra nações estrangeiras, sendo seu papel histórico “deturpado” pela historiografia liberal para sustentar a política “entreguista” da República oligárquica. O nacionalismo yrigoyenista fica assim fundamentado historicamente pelos revisionistas. Quattrocchi-Woisson ainda sustenta que o revisionismo foi aprofundado durante a ascensão do peronismo, a partir de meados dos anos 40. Rosas, então, além de nacionalista, passou a ser retratado como líder popular, reconstruindo-se um passado que fundamentasse historicamente as ligações de então entre Perón e as massas.

Mencionamos, entre estes, o historiador José Luis Romero (1987) e sua obra *Las ideas políticas en Argentina*, cuja primeira edição foi lançada em 1946. Ao procurar não se posicionar a favor dos unitários ou dos federalistas, o autor argumentou que nos vinte primeiros anos após a independência, houve o confronto entre duas grandes correntes de idéias. Uma das correntes seria a da “democracia doutrinária”, identificada com os “unitários”, que aderiram a idéias européias, contrapondo-se à “democracia inorgânica”, corrente dos “federalistas” e “caudilhos”, os quais interpretariam as idéias de República e federação à sua maneira. A respeito do período imediatamente posterior, Romero destacou o surgimento da Geração de 1837 como uma terceira corrente de idéias, que o autor denominou de “pensamento conciliador”, devido aos propósitos dos intelectuais deste grupo no sentido de superar a divisão unitários *versus* federalistas. No que tange à questão da nacionalidade, manteve-se a postura das historiografias liberal e revisionista, uma vez que, segundo Romero, analisando-se as estruturas econômico-sociais, a vida cotidiana e as idéias ao longo da história, constatar-se-ia que a era colonial já seria “argentina” (ROMERO, 1987, p. 13).

No caso da historiografia tradicional uruguaia, há uma divisão entre autores que, de modo semelhante aos colegas argentinos, defenderam a existência de uma nacionalidade preexistente e historiadores que, ao invés de sentimento nacional, preferiram falar em “autonomia” do território que hoje constitui o Uruguai.

No primeiro caso, citamos o exemplo de Pablo Blanco Acevedo (1975) e sua obra *El gobierno colonial en el Uruguay y los orígenes de la nacionalidad*, publicada em 1929. O autor localizou no interior das cidades da era colonial, em especial em Montevideú, as origens da nacionalidade uruguaia. A vida autônoma na cidade teria forjado um sentimento de independência que seria o fundamento do sentimento nacional no Uruguai. Segundo as palavras do autor:

Partimos de un concepto que es fundamental: el espíritu localista del núcleo urbano principal, determina la nacionalidad, cuyo gérmen vive y se desarrolla durante toda la época española. La legislación fortifica esa idealidad, y en Montevideo las instituciones se moldearon con un carácter regional (BLANCO ACEVEDO, 1975, p. XXXVI).

Uma concepção semelhante à de Blanco Acevedo encontramos em Juan Pivel Devoto, outro destacado historiador uruguaio. Este autor defendeu a tese de que: “A nacionalidade uruguaia está prefigurada desde as origens da nossa formação social” (PIVEL DEVOTO apud PIMENTA, 2002, p. 37). Pivel Devoto ainda sustentou que

elementos geográficos, tais como a delimitação de grandes rios, no qual a natureza e o meio caracterizam-se por traços que uniformizam a geografia do país, seriam fatores que contribuiriam para a configuração de uma nacionalidade. Apesar de tudo conduzir à configuração de um país, o autor apontou a existência de fatores que postergaram a organização nacional uruguaia, tais como os vínculos entre personalidades uruguaias com argentinos e brasileiros sul-rio-grandenses, bem como pretensões expansionistas do Brasil e da Argentina sobre o território, dificultando a edificação da “pré-configurada nação uruguaia” (PIVEL DEVOTO, 1956, p. 100).

Entre os historiadores que preferiram falar de autonomia ao invés de nacionalidade, destacamos a obra de Alberto Zum Felde, pela primeira vez impressa no ano de 1920. Segundo o autor, este “sentimento autonomista” se originou na cidade de Montevideu, ainda no período colonial, devido a rivalidades econômicas com o porto de Buenos Aires. Também afirmou que o autonomismo foi o germe do federalismo de Artigas, que propôs a união nacional do território rio-platense com concessão de total independência às províncias. Ainda segundo o autor, os orientais, por ocasião do movimento revolucionário de 1825, desejaram a união com as outras províncias do Rio da Prata, respeitando-se as autonomias locais, e não uma república separada (ZUM FELDE, 1920, p. 101). A constituição de um estado independente em 1828 não foi uma fórmula artificial, e sim uma consequência dos fatos históricos e das tendências autonomistas do povo oriental, já anteriormente explicitadas pelo *Cabildo Abierto* de 1808 e as “Instruções de 1813” (ZUM FELDE, 1920, p. 114).

Mesmo que não defendessem uma radical nacionalidade preexistente, como no caso da historiografia argentina, os historiadores uruguaios privilegiaram a forte autonomia oriental, ressaltando os pressupostos da configuração de uma futura nação. E, enquanto muitos dos autores admitiam laços com as demais províncias rio-platenses, analisando, em certa medida, a história uruguaia em unidade com a argentina, poucos foram os que mencionaram os vínculos entre orientais e sul-rio-grandenses durante o século XIX. Neste aspecto, tanto na historiografia argentina como na uruguaia há uma ausência de estudos que focalizem a Região Platina como unidade.

No Rio Grande do Sul, ainda que não tenha se constituído em país independente, sua historiografia tradicional foi igualmente bastante calcada pelo nacionalismo. Neste caso, a tendência majoritária ressalta os vínculos dos sul-rio-grandenses com o Brasil, atribuindo-lhes sentimentos nacionalistas brasileiros desde sua formação histórica, minimizando e/ou negligenciando os laços e intercâmbios com a área platina.



A historiadora Ieda Gutfreind (1992), ao analisar a historiografia tradicional rio-grandense, dividiu-a em duas grandes correntes. Uma, denominada “matriz lusitana”, era composta de historiadores que viam a história do Rio Grande do Sul unicamente sob a ótica luso-brasileira, negando quaisquer tipos de vínculos com o Prata. A “matriz platina”, embora igualmente defendesse a identidade brasileira do território, admitia contribuições espanholas e rio-platenses para a formação histórica do Rio Grande do Sul. Ambas correntes, entretanto, analisavam a história do estado sulino como isolada ou integrada à brasileira, sem admitir a perspectiva da possibilidade de inserção do atual território sul-rio-grandense numa área mais ampla, a Região Platina.

José Feliciano Fernandes Pinheiro, futuro Visconde de São Leopoldo, considerado o “pai da historiografia rio-grandense”, foi quem inaugurou a perspectiva da matriz lusitana. Em sua obra *Anais da Província de São Pedro*, cujo primeiro volume foi publicado em 1819, o autor tomou a fundação do presídio de Rio Grande, em 1737, como marco inicial da história sul-rio-grandense, ignorando o período das missões jesuíticas espanholas, sem falar no das sociedades indígenas. O autor destacou a vinda de colonos açorianos como o início do povoamento do território e a área platina só era abordada no sentido das guerras pelas demarcações das fronteiras (GUTFREIND, 1992, p. 11).

No final do século XIX, surgiu um grupo de historiadores que valorizaram as relações do Rio Grande do Sul com o Prata, imbuídos do intuito de demarcar a singularidade local em relação ao Brasil. Entre estes historiadores, destacavam-se Alfredo Varela, Alcides Lima e Assis Brasil (GUTFREIND, 1992, p. 16). Embora admitissem influências platinas, nenhum dos autores contestou a condição do Rio Grande do Sul como parte da “nação brasileira”.

A partir da década de 1920, a historiografia foi fortemente reforçada pela matriz lusitana. Em tempos de nacionalismo exaltado, era necessário criar uma identidade exclusivamente brasileira do Rio Grande do Sul. Conforme Gutfreind, esta perspectiva se tornou hegemônica, demarcando a maior parte da produção historiográfica desde os anos 20 até a década de 1970 (GUTFREIND, 1992, p. 145). Nesta perspectiva historiográfica, o Rio Grande do Sul era visto como parte da nação brasileira desde o princípio, projetando sentimentos nacionalistas brasileiros do século XX para os rio-grandenses do início do XIX.

Embora predominante, a matriz lusitana nunca deixou de ser contestada, sendo a interpretação da Revolução Farroupilha o grande cenário da acirrada disputa entre os

dois discursos historiográficos rivais.<sup>5</sup> Questões como “separatismo” ou “não separatismo” dos Farrapos, bem como suas relações (ou ausência de) com facções políticas dos países platinos nortearam o debate historiográfico entre as duas correntes.

Alfredo Varela, autor que até hoje mais pesquisou sobre a Revolução Platina, foi o principal representante da matriz platina. No conjunto de suas obras publicadas antes de 1930 (VARELA, 1915; 1919; 1929), o autor ressaltou os laços dos rio-grandenses com os vizinhos platinos. Para Varela, a eclosão da Revolução Farroupilha foi fortemente influenciada pelas Repúblicas do Prata. Desta forma, o republicanismo, implementado pelas ex-colônias espanholas, estava relacionado com a democracia, o progresso, a independência e a igualdade social, contrastando com a política brasileira de continuidade do monarquismo português, associado à aristocracia, ao atraso e à manutenção do absolutismo e do “Antigo Regime”. Ao ser influenciado pelo Prata, o Rio Grande do Sul, conforme esta visão, tornou-se diferente das demais províncias do Império, destacando-se como o estado brasileiro defensor da democracia e do republicanismo, em contraste com o “atraso” monárquico do restante do país. Outra característica das obras do autor é o reconhecimento e a defesa da Revolução Farroupilha como separatista. Conforme Varela, mesmo quando falavam de federação com as demais províncias brasileiras, o que os farroupilhas desejavam era uma tênue união entre estados soberanos e independentes. O que prevalecia entre os Farrapos, portanto, era o desejo de construir uma nação livre e independente no território do Rio Grande do Sul.

Em 1933, Varela publicou sua mais importante obra: os seis volumes de *História da grande revolução*, ratificando suas teses separatistas e platinistas sobre o movimento rio-grandense. O lançamento da obra às vésperas do centenário da Revolução Farroupilha, numa conjuntura de nacionalismo exacerbado, na qual um grupo de historiadores começava a construir uma versão brasileira e “não separatista” do movimento revolucionário, causou um grande mal-estar entre a intelectualidade gaúcha, inaugurando um período de intensa disputa entre as perspectivas historiográficas contrapostas.

Quem deu início à versão rival foi Aurélio Porto, em suas notas inseridas na publicação, a partir de 1933, da documentação do processo contra os Farrapos (PORTO,

---

<sup>5</sup> A Revolução Farroupilha é o tema mais trabalhado pela historiografia sul-rio-grandense. Ao longo do tempo, construíram-se diferentes versões historiográficas sobre o movimento, caracterizadas, em muitas ocasiões, por controvérsias e impasses nos debates entre os pesquisadores. Para uma análise mais detalhada sobre esta historiografia, consultar nosso artigo (SCHEIDT, 2002).

1933; 1934; 1935; 1937). Em seus escritos, o autor comentava que a Revolução Farroupilha foi um movimento brasileiro, assim como as demais revoltas nas províncias do Nordeste, sendo que os republicanos rio-grandenses não pretenderiam se separar do Brasil, embora – a nosso ver – os documentos publicados sugiram uma leitura contrária às notas de Aurélio Porto.

Seguindo as diretrizes de Aurélio Porto, Emílio Fernandes de Souza Docca, ao publicar seu livro *O sentido brasileiro da revolução farroupilha*, em 1935, tentou provar o não separatismo e a brasilidade dos Farrapos por meio do federalismo. Segundo o autor, eles não queriam a separação, mas sim implementar a federação no Brasil, que seria uma tendência orgânica do povo brasileiro, devido ao tamanho territorial e às diferenças climáticas e raciais das distintas regiões.

No ano seguinte, em sua obra *História da República Rio-Grandense (1835-1845)*, Dante de Laytano (1936) também negou as intenções separatistas dos farroupilhas, alegando que a proclamação da República Rio-Grandense seria um afastamento temporário, somente enquanto as demais províncias brasileiras ainda não aderissem à república. Quanto às influências do Prata, o autor buscou minimizá-las, afirmando que houve apenas adesões de alguns platinos à causa rio-grandense e que o republicanismo era uma ideologia universal, de origem européia, longe de estar restrita à América Espanhola.

Já Walter Spalding, no livro intitulado *A revolução farroupilha*, também lançado em 1936, afirmou que o movimento rio-grandense não foi nem separatista nem republicano. Assim como Souza Docca, Spalding defendeu que os Farrapos desejaram a federação entre as províncias brasileiras. O autor foi o mais radical defensor do “nacionalismo” dos rio-grandenses, transpondo, em sua obra, o contexto da década de 1930 para a época da Revolução Farroupilha, ao afirmar que o único fim da Revolução fora “desoprimir” a província, afastando dela, e de todo o Brasil, os “elementos anti-nacionais”.

Tanto Alfredo Varela como seus opositores trabalharam, mesmo sob diferentes nuances, com a perspectiva de que os farroupilhas já teriam claros projetos nacionalistas. Seja para construção de uma nação independente, ou para integrar-se à nação brasileira, a grande maioria dos historiadores tradicionais atribuíram aos Farrapos conceitos de nação que só se tornaram efetivos em momentos históricos posteriores. Sobre a questão nacional, pois, podemos afirmar que a historiografia sul-rio-grandense

tradicional é, a exemplo das argentina e uruguaia, igualmente calcada pelo “mito das origens”.

\*\*\*

O historiador argentino José Carlos Chiaramonte, a partir do final dos anos 80, tem impulsionado uma renovação nos estudos da formação da nação no Rio da Prata. Ao questionar profundamente os pressupostos da historiografia tradicional, especialmente o de que a nação seria preexistente na América, o autor inaugurou uma nova abordagem do tema na historiografia recente.

Em primeiro lugar, Chiaramonte esclareceu que os estudos sobre a nação no Prata, até então realizados, caracterizavam-se por um anacronismo: transferir para a época da independência e primeiras décadas posteriores uma realidade nacional que só se tornou efetiva em fins da segunda metade do século XIX. Objetivando legitimar a criação de uma nação, a historiografia tradicional cometeu esse anacronismo de remeter sentimentos de nacionalidade ao período da emancipação política ou mesmo à era colonial. Conforme mencionamos anteriormente, Chiaramonte dá a essa prática historiográfica a denominação de “mito das origens da nação” (CHIARAMONTE, 1991b, p. 6).

Desta forma, o autor lançou a tese de que as nações e nacionalidades argentina, uruguaia, paraguaia, etc., eram inexistentes na época da independência, forjando-se somente ao longo do século XIX, durante o conturbado processo de formação dos Estados nacionais. No caso do Rio da Prata, deste modo, inexistia uma identidade nacional, coexistindo e interagindo três outras formas de identidades políticas:

Estas tres tendencias hacia la conformación de una identidad política no han sido ignoradas en la historiografía del período. La hispanoamericana, prolongación del sentimiento de *español americano*, elaborada durante el período colonial, la provincial, asentada en el sentimiento lugareño, y la rioplatense – luego argentina –, de más compleja delimitación, han sido motivo de interés, por diversas razones, para la historiografía del siglo XIX. Sin embargo, poco se ha atendido a que el hecho mismo de su coexistencia, a la vez que reflejaba la ambigüedad en que se encontraba el sentimiento colectivo inmediatamente después de producida la Independencia, traducía también en el curso de las variaciones de su importancia relativa, la dirección que seguía el proceso de elaboración de una identidad política dentro del crítico proceso de formación de los nuevos países independientes (CHIARAMONTE, 1993, p. 51).

As independências no Rio da Prata, nesta perspectiva, deram-se sob, não sentimentos nacionalistas, mas sim “americanistas”. Em outras palavras, o que

identificava os artífices da emancipação era a condição de ser “espanhol americano”, diferenciando-se dos “peninsulares”. Neste sentido, Chiaramonte afirma que é preciso romper com a prática anacrônica de “[...] que los hombres de la Independencia ‘hablen’ como americanos y que nosotros los ‘escuchemos’ como mexicanos, venezolanos, peruanos, chilenos o argentinos...” (CHIARAMONTE, 1993, p. 54).

Para analisar a primeira metade do século XIX, o autor propõe que se faça uma clara distinção entre “nação” e “nacionalidade”. O primeiro termo é por ele utilizado como alusão à presença de um Estado politicamente organizado, enquanto “nacionalidade” é conceituada como conjunto de sentimentos de um grupo humano com algum grau de homogeneidade cultural e consciência de sua identidade e de sua diferença em relação a outros grupos sociais (CHIARAMONTE, 1991b, p. 19). Assim, nação seria sinônimo de Estado, referindo-se exclusivamente a uma forma de organização política de caráter contratualista e racionalista, sem sentimentos de pertencimento a uma comunidade que partilhasse laços culturais e históricos em comum. Utilizando esta diferenciação, Chiaramonte afirma que durante as duas primeiras décadas de vida independente, “nação” tinha significados diversos, principalmente o de sinônimo de Estado, mas é somente a partir da década de 1830, com a recepção do romantismo, que a nação passou a ser compreendida pelos contemporâneos como a inserção politicamente organizada de uma nacionalidade preexistente (CHIARAMONTE, 1991b, p. 24).

O autor ampliou seus estudos e reforçou suas teses em seu mais recente livro, *Ciudades, provincias, Estados: los orígenes de la Nación Argentina* (CHIARAMONTE, 1997). Nesta obra, Chiaramonte chama a atenção para o fato de que termos políticos como “nação”, “Estado”, “república”, “federação”, “cidadão”, entre outros, tinham significados diversos em tempos passados, muitas vezes bastante distintos dos atuais. A não observância destes fundamentos metodológicos leva os historiadores a analisar épocas passadas como se os termos políticos tivessem os mesmos significados do presente, cometendo, desta forma, anacronismos (CHIARAMONTE, 1997, p. 111).

São as cidades que se constituíam, de acordo com Chiaramonte, na principal identidade política da população rio-platense na época da independência. No ano de 1810, por exemplo, os *cabildos* tiveram um papel crucial no início do processo de

emancipação, como órgãos institucionais nos quais os movimentos se expressaram nas diferentes cidades ou *pueblos*.<sup>6</sup>

Para Chiaramonte, portanto, a emancipação política não significou a fundação de uma nação, e sim deu início a um conturbado processo de definição das novas soberanias, profundamente demarcado por um conjunto de lutas tanto militares quanto de idéias. Naquele contexto, havia:

Por un lado, quienes entendían que las decisiones a tomar deberían partir del conjunto de los pueblos soberanos, los que en términos del Derecho de Gentes eran personas morales en condiciones de igualdad, independientemente de su poderío y tamaño, y cuyo consentimiento, según el mismo Derecho, ninguna decisión que les concerniera poseía legitimidad. [...] Y, por otro, quienes consideraban necesario organizar de inmediato un nuevo Estado, a cuya cabeza debía figurar la “antigua capital del Reino”, en este caso, Buenos Aires y frente a la cual los demás pueblos eran subordinados (CHIARAMONTE, 1997, p. 128).

Durante este processo, todas as primeiras tentativas de unificação territorial a partir de Buenos Aires fracassaram, enquanto as soberanias de algumas das principais cidades da época colonial passaram a abarcar um território mais amplo em torno delas. Com o passar dos anos, as províncias substituíram os *cabildos* como principais comunidades políticas de pertencimento, constituindo-se, na prática, em Estados independentes e soberanos durante toda a primeira metade do século XIX.<sup>7</sup>

Com essa nova abordagem do estudo da origem das nações no Rio da Prata, o autor propõe o rompimento com a concepção de que as lutas provinciais significaram “anarquia” ou o retardamento da organização dos Estados nacionais. Sobre esta questão, Chiaramonte sustenta que:

La perspectiva de considerar las tendencias autonomistas de las provincias sólo como “demoras” en la producción de la amalgama social necesaria para el surgimiento del Estado nacional, ha sido una de las alternativas más atractivas para la historiografía latinoamericana. Sin embargo, si persistiésemos en ella, correríamos el riesgo de perder no sólo parte de la historia de *los estados* emergentes del colapso del dominio ibérico, sino también el sentido de los conflictos interregionales del período, que, en buena medida, estaban condicionados por el hecho de que cada uno de estos estados autónomos provinciales eran otros tantos conatos de construcción de naciones, a veces

---

<sup>6</sup> A palavra espanhola *pueblo* é de difícil tradução para o português neste contexto, pois pode significar tanto “povo” quanto “povoado” ou “cidade”. Durante o século XIX, o vocábulo era frequentemente empregado na referência ora de povo, ora de cidade. Nos dois casos, porém, havia uma forte conotação política. O “povo” não era o conjunto de pessoas, mas sim a população politicamente atuante, ou seja, os cidadãos. Quando se refere à “cidade”, o vocábulo *pueblo* alude a uma cidade organizada politicamente. Portanto, sempre que a palavra *pueblo* estiver imbuída de conotações políticas, a manteremos em itálico e sem tradução, devido à ausência de algum vocábulo semelhante em português.

<sup>7</sup> O autor começou a desenvolver essa tese em seu anterior estudo *Mercaderes del Litoral: economía y sociedad en la provincia de Corrientes, primera mitad del siglo XIX* (CHIARAMONTE, 1991a). Nesta obra, o historiador argentino desenvolveu o conceito de “região província”, primeira unidade sócio-política a surgir no Rio da Prata após a derrubada do regime colonial (CHIARAMONTE, 1991a, p. 26).

apenas esbozados, otras con mayores pretenciones, pero finalmente fracasados (CHIARAMONTE, 1993, p. 60).<sup>8</sup>

As teses de Chiaramonte, entretanto, têm suscitado polêmicas na historiografia política recente. Em um texto sobre a identidade nacional rio-platense, a historiadora argentina Pilar Gonzáles Bernaldo (1997) afirmou que Chiaramonte, ao criticar o anacronismo de transferir sentimentos de nacionalidade do final do século XIX para o princípio do mesmo, acabaria cometendo outro: negar a existência da nação no Rio da Prata durante o processo de independência (GONZÁLES BERNALDO, 1997, p. 111). Segundo a autora, a perspectiva de Chiaramonte impede a possibilidade de os historiadores defrontarem-se com qualquer representação ou discursos sobre a nação no período das primeiras décadas do século retrasado.

Para Gonzáles Bernaldo, a nação já seria relevante no Rio da Prata na época da independência, ainda que o Estado nacional de fato estivesse longe da efetiva configuração, a qual só seria real no final do século XIX. A autora defende que a nação era representada essencialmente como uma comunidade política, desprovida de características étnicas, lingüísticas ou culturais. Segundo suas palavras,

La nación invocada es la sociedad soberana, entendida como comunidad de individuos-ciudadanos. [...].

En toda hispanoamérica primó durante este primer período independiente una definición de la nación fundamentalmente política. [...]. La nación vive en la creación institucional de los nuevos poderes, ella toma forma en el Estado que, garantizando las libertades cívicas, crea al individuo-ciudadano. Pero ella no se limita al Estado. La nación es igualmente la sociedad que aunque frecuentemente se exprese en términos de proyecto y se defina en forma abstracta, permite pensar la unidad del cuerpo social. Pero ello en buena medida gracias a la permanencia de antiguas identidades que vienen a asociarse a la nación como comunidad política de pertenencia (GONZÁLES BERNALDO, 1997, p. 113).

Chamamos a atenção para o fato de que as posturas da historiadora podem levar a interpretações equivocadas da obra de Chiaramonte. É certo que o autor afirma a inexistência da nação durante as primeiras décadas de vida independente no Rio da Prata, entretanto, não nega o uso do vocábulo “nação”. Como vimos, ele argumenta que

---

<sup>8</sup> Consideramos esta passagem do autor extremamente importante no sentido de nos fazer pensar que havia diversas propostas e possibilidades de organização de Estados na Região Platina da época. Mesmo que os projetos das províncias tenham fracassado, isso não significa que, por exemplo, a unificação pretendida por Buenos Aires fosse a única proposta de organização política viável. O fato de o Paraguai e o Uruguai, territórios na época reivindicados pelos que defendiam a unificação das Províncias Unidas do Rio da Prata, terem posteriormente se convertido em países independentes constitui-se em mais uma demonstração de que havia outras possibilidades de organização nacional, distintas da que acabou prevalecendo. Entre as alternativas de então, há que se destacar a proposta artiguista de unir, numa ténue federação, as atuais províncias argentinas litorâneas com o Uruguai. A soberania residiria, não na nação, e sim nas províncias.

este termo tinha múltiplos significados, sendo utilizado pelos contemporâneos principalmente com conotações contratualistas.

De qualquer forma, é evidente que há controvérsias, pois enquanto Chiaramonte afirma que a nação, como sinônimo de Estado, seria menos importante frente a outras identidades, como a americana e a local (em seguida, provincial), Gonzáles Bernaldo defende a idéia de que a questão nacional seria mais relevante, pois os agentes sociais da época já se identificariam com a nação como sua principal comunidade política. A autora, neste sentido, faz uma interpretação inversa à de Chiaramonte no que se refere à questão da soberania e das múltiplas identidades políticas:

Pero, y aquí mi punto de vista difiere del de Chiaramonte, las concepciones rivales de la soberanía, que explican el fracaso de todas las tentativas constitucionales en la región, no anulan toda la identificación con la nación, sino que obligan a pensarla de otro modo. Con ello quiero decir que si en el conjunto del territorio americano la identificación de la nación al Estado permite integrar a la sociedad con sus antiguos vínculos y viejas estructuras comunitarias, son los avatares de este nacimiento quienes en el Río de la Plata hacen de la nueva esfera pública el principal territorio de la nación identitaria. Es en ese sentido que sostengo la existencia en el Río de la Plata de una nación identitaria cuyas configuraciones imaginarias difieren de aquellas que encontramos en otros territorios del ex-imperio español en América (GONZÁLES BERNALDO, 1997, p. 119).

Em uma outra obra sobre o tema, Gonzáles Bernaldo (2001) aborda a questão da nacionalidade sob um outro aspecto, o das sociabilidades políticas. A autora se dedica a uma análise de como a nação foi pensada e praticada nas *pulperías*, cafés, associações maçônicas, sociedades literárias e na imprensa entre 1829 e 1862. Segundo sua perspectiva, a questão nacional foi essencial para o pensamento político moderno, afirmando ser impensável, para qualquer intelectual do século XIX, supor uma sociedade sem a nação (GONZÁLES BERNALDO, 2001, p. 17). Mantendo o contraponto com as idéias de Chiaramonte, a historiadora defende a tese de que a nação, embora não efetivamente constituída em Estado nacional, nunca deixou de ser pensada nas inúmeras organizações políticas e de sociabilidade, especialmente entre a elite, ao longo do período analisado (GONZÁLES BERNALDO, 2001, p. 21).

A idéia central de sua obra é a de que a “nação”, imaginada naquelas associações políticas e culturais, estava diretamente relacionada com a questão da “civilidade”. Ou seja, além de uma associação política, a nação representaria o advento de novos hábitos e costumes, ditos “civilizados”, tais como as sociedades literárias, clubes, cafés e associações culturais (GONZÁLES BERNALDO, 2001, p. 25).



Ao centrar suas pesquisas na sociabilidade das elites, a autora aborda de forma polêmica o período de Rosas, quando diversas formas de sociabilidade, iniciadas no período de Rivadavia, entraram em declínio ou mesmo deixaram de existir. Gonzáles Bernaldo reconhece a existência de outras formas de organizações durante o período, em especial as populares, mas considera-as como ressurgimento ou readaptações de associações do período colonial, “destoantes” das modernas sociabilidades políticas. Define, inclusive, a era Rosas como a “nação na oposição” e o período posterior a 1852 como “a nação no poder”, perpassando, a nosso ver, a idéia de que apenas as elites liberais teriam propostas de organizar a nação, recusando-se a reconhecer entre os partidários de Rosas projetos diferenciados de construção nacional.

A própria historiadora reconhece que seu trabalho restringe-se à análise das elites urbanas da cidade de Buenos Aires e, neste sentido, é indiscutivelmente um excelente e original estudo. Entretanto, ao estender suas conclusões a toda sociedade do período, a intrincada relação entre nação e “civilidade” consiste, segundo nosso entendimento, em uma nova forma de afirmar antigas teses da historiografia liberal, em especial a de que o projeto de nação dos unitários estaria destinado ao triunfo desde os primórdios da independência. Também consideramos que as concepções de Gonzáles Bernaldo dão um peso muito excessivo às identidades nacionais do período. Neste sentido, até por ser fruto de pesquisas mais amplas, ultrapassando os limites da cidade de Buenos Aires, concordamos com as argumentações de Chiaramonte no sentido de que, na época, prevaleceriam as identidades locais e a identidade americana. Ressaltamos que a predominância destas identidades não descarta representações de nação elaboradas por agentes sociais contemporâneos, cujos estudos mais aprofundados são de grande importância frente às atuais controvérsias historiográficas.

O debate historiográfico sobre nação e nacionalidade tem repercutido também nos demais países da Região Platina. No Uruguai, Gerardo Caetano seguiu os passos de seu colega argentino Chiaramonte em um artigo publicado no início da década passada (CAETANO, 1992). O historiador uruguaio defende a inexistência de qualquer identidade nacional na época da fundação do Estado independente. Conforme o autor, o Uruguai nasceu antes dos uruguaios, num processo em que o Estado precede a nação (CAETANO, 1992, p. 81). E mais:

Si la identidad nacional de los uruguayos no está entonces prefigurada desde los remotos tiempos coloniales, tampoco durante la Revolución ni durante las primeras

décadas independientes, lo que podríamos llamar – no sin equívocos – “proyectos nacionalistas” se muestran y se despliegan de manera coherente. [...].

No había entonces nación, pero tampoco imaginación nacionalista sólida, y mucho menos uno que prevaleciera de manera visible. [...]. También en Uruguay, como en todos los restantes países hispanoamericanos en su nacimiento, coexistieron en la época distintas formas de identidad política, prevaleciendo en un comienzo la diferencia entre “americanos” y “europeos” sobre cualquier otra (CAETANO, 1992, p. 82).

Na citação acima, é notória a inspiração de Caetano nas teses de Chiaramonte. O historiador uruguaio ainda sustenta a idéia de que, em seu país, o nacionalismo só começou a se configurar nos finais do século XIX, com a primeira modernização capitalista. Ainda assim, a “nação uruguaia” só se tornou plenamente constituída ao longo das primeiras décadas do século seguinte, em especial nos anos de comemoração do “Centenário” (CAETANO, 1992, p. 81).

Carlos Real de Azúa, em um de seus últimos trabalhos (1990), também contesta a existência da nação uruguaia desde a época colonial. Segundo o autor, a historiografia tradicional não percebeu a polissemia e a ambigüidade de termos políticos como “nação”, “pátria”, “país” e “independência”, entre outros. Neste sentido:

Quando los actores del período decían independencia no estaban diciendo país desligado de todo vínculo externo sino ausencia de todo gobierno exterior que impusiera leyes y normas. Los orientales siempre habían querido gobernarse ellos mismos, pero no en el sentido de nacionalidad absoluta sino en el de autonomía regional (REAL DE AZÚA apud BUCHBINDER, 1994, p. 38).

Na historiografia brasileira sobre a Região Platina,<sup>9</sup> João Paulo Garrido Pimenta (2002) fez um estudo da imprensa da época, no qual analisou, comparativamente, a formação do Estado e da nação na Argentina, Brasil e Uruguai. Segundo o autor, as idéias de Estado e de nação “tensionavam-se” mutuamente, sendo que as propostas de caráter nacional tentavam sobrepor-se, constituindo o Estado como “criador da nação”.

---

<sup>9</sup> A historiografia brasileira, aqui analisada, corresponde unicamente às obras que versam sobre a Região Platina. Entretanto, consideramos importante destacar que a produção historiográfica brasileira recente tem igualmente sido caracterizada por estudos inovadores no que tange ao processo de formação da nação em nosso país. É o caso, por exemplo, do artigo de István Jancsó e João Paulo Garrido Pimenta (2000). Os autores criticam o “mito das origens” da nação brasileira, afirmando que: “Hoje é assente que não se deve tomar a declaração da vontade de emancipação política como equivalente da constituição do Estado-nacional brasileiro, assim como o é o reconhecimento de que o nexa entre a emergência desse Estado com a da nação em cujo nome ele foi instituído é uma das questões mais controversas da nossa historiografia” (JANCSÓ; PIMENTA, 2000, p. 132-133). Os historiadores esclarecem que, à semelhança do que ocorreu no Prata, também no conjunto dos territórios que hoje constituem o Brasil, havia múltiplas identidades políticas, sendo que as regionais suplantavam a nacional. Desde fins do período colonial, em diferentes regiões, fortaleciam as consciências de serem “portugueses pernambucanos”, “portugueses baianos”, “portugueses paraenses”, etc., enquanto a idéia de ser “brasileiro” só passaria a ser propagada após o rompimento com Portugal. Além disso, o conjunto de homens que viveram o processo de emancipação política, protagonizaram-no a partir de diferentes percepções, que resultaram na formação de múltiplos projetos políticos (JANCSÓ; PIMENTA, 2000, p. 135-136).

Fundamentando-se nas diretrizes de Chiaramonte sobre a multiplicidade de significados do termo nação na época e da inexistência de nacionalidades pré-concebidas, Pimenta concluiu que o final do período colonial, tanto no Prata quanto no Brasil, foi palco de um processo de redefinição das formas de organização política. Neste processo, a tensão mútua entre “Estado” e “nação” resultou numa unidade que torna estes termos indissociáveis, pois à medida em que iam se esboçando novos corpos políticos, estes convergiam para um tipo de comunidade cada vez mais referida como “nação” (PIMENTA, 2002, p. 252).

Já a obra de Antonio Carlos Amador Gil (2001) versa sobre a problemática da complexa construção do Estado nacional argentino. Polemizando com Chiaramonte, Gil procura mostrar que a idéia de nação foi sendo paulatinamente construída em Buenos Aires, desde a época do movimento de maio. Assim, o período de 1810 ao final da década de 1820, analisado pelo autor, constitui-se no “primeiro ensaio de construção da nacionalidade argentina”. Apesar dos fracassos das primeiras tentativas de unificação nacional, o autor propõe que: “A nação, contudo, constituía um projeto que, embora ainda não fosse implementado com toda sua força pela via institucional, era sedimentado por outros caminhos, como, por exemplo, a imprensa e os espaços de sociabilidade.” (GIL, 2001, p. 18).

Ao se contrapor a Chiaramonte, Gil opta por fundamentar-se nos posicionamentos de Pilar Gonzales Bernaldo no tocante à importância das cidades e suas sociabilidades na construção de laços de união entre indivíduos e comunidades (Gil, 2001, p. 51), bem como na defesa da relevância da nação já no início do processo de independência argentina. O historiador brasileiro critica a distinção que Chiaramonte faz entre “nação” e “nacionalidade”, descartando quaisquer sentimentos de nacionalidade para o período anterior a 1830. O autor vai além, afirmando que:

O posicionamento de Chiaramonte, contudo, não permite a delimitação de todo um processo de construção de sentimento de pertencimento a uma comunidade com interesses comuns. Estamos falando do processo de constituição da nação que se desenvolve paulatinamente naquele período (GIL, 2001, p. 38).

Pensamos que estas críticas são um tanto exageradas. É certo que, ao diferenciar radicalmente “nação” de “nacionalidade”, Chiaramonte pode nos induzir a negligenciar a questão da nação nas duas primeiras décadas de vida independente no Rio da Prata. E neste sentido, concordamos que as críticas são válidas. Entretanto, mesmo que o

historiador argentino, de fato, negue a nação como a principal forma de identidade política da época, isto não quer dizer que ele não reconheça outros tipos de comunidades de pertencimento. Basta lembrar a identidade americana e as identidades locais e provinciais, apontadas com recorrência por Chiaramonte em suas obras. A leitura da obra de Gil passa a sensação de que é ele quem parece descartar outras formas de identidades políticas e comunidades de pertencimento que não sejam a “nação”.

O autor defende a tese de que a sedimentação da idéia de nação deu-se, primordialmente, na cidade de Buenos Aires e no seu entorno (GIL, 2001, p. 206). Entretanto, o ideal nacional, esboçado pelos portenhos, somente encontrou condições propícias para o seu desenvolvimento na segunda metade do século XIX, principalmente pelos diversos movimentos que teriam “dificultado” a sedimentação do Estado nacional ao longo da primeira metade do século, em especial o surgimento das províncias como atores institucionais no cenário político (GIL, 2001, p. 207).

Neste ponto, ainda que sob uma visão inovadora que não aponta a existência da nacionalidade desde o princípio, mas sim sua construção paulatina, Gil acaba reafirmando antigas teses da historiografia liberal sobre o papel da cidade de Buenos Aires como “berço da nacionalidade”, bem como a concepção de que a organização nacional foi “retardada”, devido à reação das províncias do interior.<sup>10</sup> Sobre esta questão, consideramos os posicionamentos de Chiaramonte, no sentido de caracterizar as propostas das províncias menos como obstáculos e mais como alternativas de construção da nação, melhor adequados para o estudo deste conturbado processo histórico.

Na historiografia sul-rio-grandense, as novas abordagens sobre a problemática nacional têm aparecido especialmente em estudos recentes que analisam a história do

---

<sup>10</sup> Ao seguir as diretrizes de González Bernaldo, Gil comete o seu mesmo “deslize” de transferir a realidade das elites da cidade de Buenos Aires para o conjunto da sociedade e do território que compunha o Vice-Reinado do Prata. Ao mencionarmos que os autores reafirmam algumas teses da historiografia tradicional, de forma alguma queremos caracterizar suas obras como uma continuidade daquela produção historiográfica. Tanto González Bernaldo como Gil inserem-se na historiografia política renovada e, ao abordar fontes e temas até agora praticamente inéditas, como imprensa e espaços de sociabilidade, indiscutivelmente dão uma enorme contribuição para a renovação historiográfica. O que queremos destacar é que algumas de suas conclusões, principalmente no que diz respeito ao projeto de nação dos unitários, correspondem às perspectivas da historiografia liberal, a qual vem sendo contestada por outros estudos recentes, como as obras de Chiaramonte. Além deste autor, Hilda Sabato (2003) é outra destacada historiadora que defende a existência de uma multiplicidade de propostas para a organização política do território rio-platense ao longo do século XIX. Na introdução do livro *La vida política en la Argentina del siglo XIX: armas, votos y voces*, Sabato afirma que: “La temprana opción republicana no marcó, sin embargo, un camino único para la construcción del orden. Por el contrario, esse punto de partida abrió alternativas diversas: se generaron proyectos diferentes, se ensayaron formas muy distintas de ejercicio de la autoridad y se desataron duros conflictos en torno a la definición y el control del poder” (SABATO; LETTIERI, 2003, p. 10).

estado sulino como parte da Região Plana ou, ao menos, relacionando o Rio Grande do Sul com o espaço platino.

Em sua tese de doutorado, César Augusto Guazzelli (1997) demonstra os entrelaçamentos da luta dos Farrapos com as facções políticas em disputa no Rio da Prata, afirmando que o movimento farroupilha só pode ser compreendido no contexto das lutas rio-platenses. Conforme o autor, os republicanos rio-grandenses sempre buscaram alianças com as facções políticas platinas, seja com Rosas e Oribe, em um primeiro momento, seja com seus opositores, em outros contextos.<sup>11</sup> Com referência a um dos estudos de Chiaramonte (1991a), Guazzelli defende a concepção de que o Rio Grande do Sul constituía-se numa “região província”. Ou seja, semelhante com o que se passava nas províncias rio-platenses, havia no Rio Grande uma forte autonomia local, numa época em que o Estado-nação brasileiro era ainda inexistente. No contexto platino, as províncias eram soberanas e independentes, sendo estas as aspirações dos farroupilhas. Não havia, segundo esta perspectiva, sentimentos de nacionalidade brasileira entre os sul-rio-grandenses do período. Ainda conforme o autor, as alianças e os intercâmbios com as facções políticas do Prata foram fundamentais à sobrevivência do movimento farroupilha por quase dez anos, especialmente pelo fato de os Farrapos terem sido dependentes do porto do Montevideu para seu comércio externo.

Outro trabalho que destacamos é a tese de doutorado de Maria Medianeira Padoin (1999), na qual a autora fez um estudo contextualizado do “federalismo”. Conforme Padoin, havia distintos significados para o termo federalismo na época da Revolução Farroupilha. A maioria dos Farrapos concebia a federação como uma união tênue, que garantiria a soberania e a independência da República Rio-Grandense, enquanto a minoria defendia o federalismo apenas como uma reforma da monarquia brasileira, no sentido da descentralização política. Desta forma, o estudo da autora demonstra que, para a época da Revolução Farroupilha, uma federação não estava necessariamente em contradição com as independências de seus estados-membros,

---

<sup>11</sup> Estas políticas de alianças, entretanto, foram marcadas por ambigüidades. Embora os farroupilhas tenham procurado, prioritariamente, estabelecer relações com o conjunto de opositores ao regime de Juan Manoel de Rosas, então governador da província de Buenos Aires, como o presidente do Uruguai, Frutuoso Rivera, e os governantes da província argentina de Corrientes, os republicanos rio-grandenses não deixaram de procurar contatos com Rosas e Lavalleja. O “jogo duplo” nas relações externas esteve presente entre todas as facções envolvidas. Rivera, por exemplo, assumia compromissos tanto com a oposição rosista e a “República Rio-Grandense” quanto com o Império do Brasil, sendo que freqüentemente não os cumpria. Rosas estimulava o desencadeamento da Revolução Farroupilha, mas depois posicionou-se contra a mesma e ao lado do governo brasileiro. Da mesma forma, conforme a conjuntura do momento, o Rio Grande do Sul também buscou, ora a aliança com Rosas, ora com seus opositores.

aproximando-se ao que hoje se entende como uma confederação. Neste sentido, Padoin comprova o equívoco do argumento de que os republicanos rio-grandenses não teriam sido separatistas porque defendiam o federalismo, argumento este, amplamente utilizado pelos defensores da tese da “brasilidade” do movimento farroupilha. A tese também se caracteriza por destacar a inserção do Rio Grande do Sul no contexto platino, que se constituía em um espaço privilegiado de fermentação e circulação de idéias federalistas na primeira metade do século XIX.

Em nossa dissertação de mestrado (SCHEIDT, 2000), analisamos os distintos significados de República na época da Revolução Farroupilha. Em meio a diversas concepções do termo “república”, identificamos o conflito entre duas grandes correntes de idéias. A primeira, mais radical, caracterizava a República como o advento da modernidade e de uma nova sociedade, a qual garantiria a plena igualdade entre os cidadãos. Conforme a outra concepção, mais moderada, a República seria o regime da garantia das liberdades individuais, principalmente o da propriedade, das leis e da manutenção da ordem. Comparando o republicanismo dos farroupilhas com o dos diferentes setores da facção platina de oposição a Rosas, também constatamos um intenso intercâmbio de idéias entre os Farrapos e os rio-platenses ao longo de todo o período da Revolução Farroupilha. Neste sentido, chamamos a atenção para a semelhante trajetória das concepções de república no Rio Grande do Sul e no Rio da Prata, havendo simultaneamente um período inicial de predomínio do ideário mais igualitário e radical, sempre em tensão com idéias moderadas, bem como um posterior triunfo e predomínio da “república moderada” em ambas as regiões. Nesse estudo, utilizamos o conceito de Região Platina, analisando a história dos atuais territórios do Uruguai, do pampa argentino e da campanha sul-rio-grandense como unidade.

Continuamos utilizando este conceito em nossa tese de doutorado (SCHEIDT, 2004), em que analisamos atuação de três periodistas italianos: Pedro de Angelis, Gian Battista Cuneo e Luigi Rossetti junto à imprensa na Região Platina, entre os anos de 1827 e 1860. Os personagens tiveram trajetórias distintas: De Angelis esteve ligado ao regime de Rosas; Cuneo atuou principalmente entre os intelectuais da Geração de 1837, primeiro em Montevideu e posteriormente na Buenos Aires pós-rosista; Rossetti trabalhou na imprensa da então “República Rio-Grandense”, ao lado dos farroupilhas. Verificamos como os três jornalistas modificaram seus ideários de origem européia, em decorrência dos contatos com diferentes grupos políticos locais e, por outro lado, discutimos em que medida as concepções dos italianos repercutiram na região.

Concluimos que tanto De Angelis como Cuneo e Rossetti se “americanizaram” ao longo de suas trajetórias em diferentes espaços da Região Platina, modificando suas idéias originais sobre a “nação”, através da mescla de seus pensamentos trazidos da Itália com parte do ideário de grupos políticos com os quais se relacionaram. Esta “circularidade” de idéias também foi perceptível entre os “jovens de 37” e os farroupilhas que, durante o contato com o ideário de Cuneo e Rossetti, selecionaram, incorporaram e ainda rejeitaram parte de suas idéias na elaboração de pensamentos originais na Região Platina.

\*\*\*

O tema da emergência das nações na Região Platina é, portanto, bastante polêmico e há um debate aberto sobre o mesmo na historiografia política recente. As controversas se desenvolvem em torno dos contrapostos posicionamentos dos historiadores argentinos José Carlos Chiaramonte e Pilar Gonzáles Bernaldo. Polêmicas à parte, todos os estudos renovadores são unânimes em demonstrar que as nações (da forma como, atualmente, estão constituídas) não surgiram concomitantes às proclamações das independências, e sim foram fruto de um longo e conturbado processo de construção dos Estados nacionais na região. Além disto, as pesquisas estão revelando diversas e, muitas vezes, contrapostas representações de nação, elaboradas por distintos agentes históricos, ao longo do período analisado. Conforme nossa análise, múltiplas representações de nação são também perceptíveis na produção historiográfica.

Compartilhamos da perspectiva da inexistência de nações na Região Platina nos momentos da independência e primeiras décadas posteriores. Igualmente consideramos que, na época, termos como “nação” e “nacionalidade” tinham significados distintos dos atuais, que se modificaram ao longo do tempo, em diferentes contextos e conforme distintos grupos sociais. Também, não podemos perder de vista a convivência entre as identidades nacionais e outras formas de identidade, sejam locais, regionais e provinciais, ou mais amplas, como a americana. De qualquer forma, é preciso aprofundar as pesquisas para avançar nosso conhecimento sobre a questão, bem como buscar superar as controvérsias.

As polêmicas em estudos sobre a nação, entretanto, não são exclusividade da historiografia sobre a Região Platina. Ao contrário, questões em torno da nação e do nacionalismo têm aparecido, com crescente frequência, em estudos sobre representações

políticas nas produções historiográficas de outras partes do mundo, no interior da qual o tema é igualmente complexo e polêmico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco: 1839-1875*. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 1992.
- BLANCO ACEVEDO, Pablo. *El gobierno colonial en el Uruguay y los orígenes de la nacionalidad*. Montevidéo: Biblioteca Artigas, 1975 [1929].
- BUCHBINDER, Pablo. La historiografía rioplatense y el problema de los orígenes de la nación. *Cuadernos del CLAEH*, n. 69. Montevidéo: CLAEH, 2a serie, año 19, 1994.
- CAETANO, Gerardo. Identidad nacional e imaginario colectivo en Uruguay. La síntesis perdurable del centenario. In: ACHUGAR, Hugo; CAETANO, Gerardo (comp.). *Identidad uruguaya: ¿mito, crisis o afirmación?* Montevidéo: Ediciones Trilce, 1992, p. 75-96.
- CHATTERJEE, Partha. Comunidade imaginada por quem? In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 227-238.
- CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados: orígenes de la Nación Argentina (1800-1846)*. Buenos Aires: Ariel, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Mercaderes del Litoral: economía y sociedad en la provincia de Corrientes, primera mitad del siglo XIX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1991a.
- \_\_\_\_\_. *El mito de los orígenes en la historiografía latinoamericana*. Cuadernos del Instituto Ravignani, n. 2. Buenos Aires: Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani, 1991b.
- \_\_\_\_\_. El problema de los orígenes de los estados hispanoamericanos en la historiografía reciente y el caso del Río de la Plata. *Anos 90. Revista do curso de pós-graduação em História*. Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 1, p. 49-83, 1993.
- DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Globo, 1935.
- FERNÁNDEZ BRAVO, Álvaro (comp.). *La invención de la nación: lecturas de la identidad de Herder a Homi Bhabha*. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 2000.
- FRANCO, Stella Maris Scatena. *Luzes e sombras na construção da nação argentina: os manuais de história nacional (1868-1912)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- GALVEZ, Manuel. *Vida de Don Juan Manuel de Rosas*. Buenos Aires: Imprenta López, 1940.
- GIL, Antonio Carlos Amador. *Tecendo os fios da nação: soberania e identidade nacional no processo de construção do Estado*. Vitória: IHGES, 2001.
- GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar. *Civilidad y política en los orígenes de la Nación Argentina: las sociabilidades en Buenos Aires (1829-1862)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.



- \_\_\_\_\_. La “identidad nacional” en el Río de la Plata post-colonial: continuidades y rupturas com el antiguo régimen. *Anuario del IEHS “Prof. Juan C. Grosso”,* n. 12. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, p. 109- 122, 1997.
- GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- HALPERÍN DONGHI, Tulio. *De la revolución de independencia a la confederación rosista: historia argentina*, t. 3. 4ª ed. Buenos Aires: Paidós, 1993.
- HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. *Formação: histórias*. São Paulo: Senac, 2000, p. 127-175.
- LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense (1835-1845)*. 2ª ed. Porto Alegre: Globo, 1983 [1936].
- LÓPEZ, Vicente Fidel. *Manual de historia argentina*. Buenos Aires: Vaccaro, 1920. [1898].
- MITRE, Bartolomé. *Historia de Belgrano y de la independencia argentina*. Buenos Aires: La Facultad, 1927 [1856].
- PADOIN, Maria Medianeira. *O federalismo no espaço fronteiriço platino. A revolução farroupilha (1835-1845)*. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- PAREKH, Bhikhu. El etnocentrismo del discurso nacionalista. In: FERNÁNDEZ BRAVO, Álvaro (comp.). *La invención de la nación: lecturas de la identidad de Herder a Homi Bhabha*. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 2000, p. 91-122.
- PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2002.
- PIVEL DEVOTO, Juan E. *Historia de los partidos y de las ideas políticas en el Uruguay*. Montevidéo: Editorial Rio de la Plata, 1956.
- PORTO, Aurélio. Notas ao processo dos farrapos. *Publicações do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Oficinas gráficas do Arquivo Nacional, v. 1, 1933, v. 2, 1934, v. 3, 1935, v. 4, 1937.
- QUATTROCCHI-WOISSON, Diana. *Los males de la memoria: historia y política en la Argentina*. Buenos Aires: Emencé, 1995.
- QUESADA, Ernesto. *La epoca de Rosas*. Buenos Aires: Talleres S.A. Casa Jacob Peuser, 1923 [1898].
- RAMOS MEJÍA, Héctor G. *Historia de la nación argentina*. Buenos Aires: Editorial Ayacucho, 1945. 2 v.
- REAL DE AZÚA, Carlos. *Los orígenes de la nacionalidad uruguaya*. Montevidéo: Arca Editorial, 1990.
- REICHEL, Heloisa Jochims; GUTFREIND, Ieda. *As raízes históricas do Mercosul: a Região Platina colonial*. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.
- ROMERO, José Luis. *Las ideas políticas en Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1987 [1946].

- SABATO, Hilda; LETTIERI, Alberto (comp.). *La vida política en la Argentina del siglo XIX: armas, votos y voces*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- SALA DE TOURON, Lucía; ALONSO ELOY, Rosa. *El Uruguay comercial, pastoril y caudillesco. Tomo II: sociedad, política e ideología*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1991.
- SCHEIDT, Eduardo. *Concepções de República na Região Platina à época da Revolução Farroupilha*. Dissertação de mestrado. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.
- \_\_\_\_\_. O processo de construção da memória da Revolução Farroupilha. *Revista de História*. (Revista do Departamento de História da Universidade de São Paulo). N.º 147. São Paulo: USP, p. 189-209, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Representações de nação por periodistas italianos na Região Platina (1827-1860)*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2004.
- SPALDING, Walter. *A revolução farroupilha*. São Paulo/Brasília: Cia. Editora Nacional/UnB, 1982 [1936].
- VARELA, Alfredo. *Dois grandes intrigas*. Porto: Renascença Portuguesa, 1919. 2 v.
- \_\_\_\_\_. *História da grande revolução: o cyclo farroupilha no Brasil*. Porto Alegre: Globo, 1933. 6 v.
- \_\_\_\_\_. *Política brasileira: interna e externa*. Porto: Livraria Chardron, 1929. 2 v.
- \_\_\_\_\_. *Revoluções cisplatinas: a República Rio-Grandense*. Porto: Livraria Chardron, 1915. 2 v.
- ZUM FELDE, Alberto. *Proceso histórico del Uruguay*. 4ª ed. Montevideo: Universidad de la República, 1963 [1920].